

# Assembleia terá cerco "lobbista"

Os mesmos «lobbies» que se formaram durante a discussão do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, dividindo empresários rurais e entidades ligadas aos trabalhadores rurais, estão agora tomando fôlego para atuar junto à Assembleia Nacional Constituinte.

A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) está montando seu escritório em Brasília, o mesmo ocorrendo com a União Democrática Ruralista (UDR), presidida pelo empresário Ronaldo Caiado. Enquanto isso, o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira está ativando convênios com entidades, vomo o Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (Cedec) e UnB para criar «uma ponte» com os constituintes, como afirmou o ministro, destinada a acompanhar de perto as discussões.

Nas últimas semanas, entidades pró e contra à Reforma Agrária do governo começaram a divulgar documentos com suas propostas para a Constituinte. O último foi o da Contag, entregue ao presidente Sarney, e aos parlamentares. O presidente da entidade, José Francisco da Silva, já anunciou que assessores indicados pelas federações acompanharão de perto o trabalho dos constituintes e estarão prontos para denunciar nos estados as eventuais manobras de parlamentares contra a reforma junto a suas bases políticas.

Estes preparativos indicam uma verdadeira «guerra» a ser travada nos bastidores do Congresso com um cerco aos constituintes. Os empresários rurais estão concluindo um documento ressaltando, entre outros pontos, que pretendem defender na nova Constituição a questão da justa indenização nas desapropriações, a posição de não aceitar qualquer manobra no sentido de limitar a dimensão dos latifúndios como defendem a Contag e a CNBB e a transformação do caráter consultivo das comissões agrárias, em beliberativo. Já o Mirad está concluindo um trabalho também enumerando os pontos que vai defender na Constituinte, entre eles, também a questão de indenização nas desapropriações que para os técnicos do Mirad não pode levar em conta os preços de mercado ou a justa indenização como pleiteiam os empresários. A introdução na Constituição do artigo 2 do Estatuto da Terra que define o princípio da função social da terra e a discussão de mecanismos que possam agilizar processos de desapropriação.

## Brasiguaios

Intimamente vivendo o problema fundiário estão os brasiguaios, também organizados dentro da Constituinte através de seus representantes eleitos. Com os votos dos cidadãos sem terra, o deputado Sergio Spada (PMDB-PR), acredita que a nova Constituição deverá propiciar a criação de sindicatos de classe fortalecidos e capazes de enfrentar legislações diferentes no caso das comunidades de brasiguaios, cidadãos de uma terra sem fronteira.

No Ministério da Agricultura, porém, esboça-se um «lobby» tímido. O ministro Iris Rezende, segundo o coordenador de comunicação social, Antônio Carlos Scartezini, só vai expor seu pensamento quando tiver aval do Palácio. Entre as propostas que Iris pretende levar ao governo está a fixação de um percentual



mínimo para investimentos do orçamento federal na agricultura, numa tentativa de buscar mais espaço e garantir para o setor.

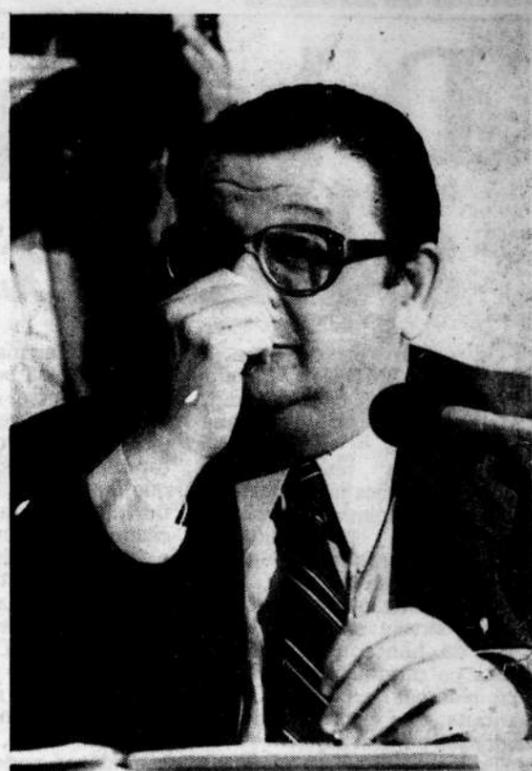
Ao contrário, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) está organizada para enfrentar a Constituinte desde novembro de 1985. Já no ano passado apoiou candidatos e agora conta com cerca de 40 parlamentares comprometidos com a sua carta de princípios.

A OCB anuncia que tem um «lobby» na Constituinte que vai atuar na frente parlamentar cooperativista, a partir de março, além de manter uma assessoria parlamentar há mais de um ano reunindo números, informações e debulhando a legislação. Durante a Constituinte, a OCB vai trabalhar por três pontos específicos: a liberdade de associação é o mais importante. Segundo o presidente da entidade, Roberto Rodrigues, o sistema precisa sair da área da intervenção estatal e pleiteia a autogestão, o autocontrole e o fim da fiscalização governamental. O segundo item é uma definição do Estado sobre a cultura cooperativa. A OCB quer que o Estado ensine o cooperativismo desde o ensino básico até a universidade como forma de promover o associativismo em currículo obrigatório. O último ponto é a absoluta isenção tributária sobre o ato cooperativo, item onde a classe se sente prejudicada.

## Sanitaristas

Tanto da parte do governo como dentro e fora do Congresso Nacional estão sendo montados fortes «lobbies» políticos, filosóficos, técnicos e financeiros, na área da saúde. De um lado, os sanitaristas pertencentes à ala mais progressista estão se mobilizando para garantir na nova Constituinte o que defendem há muitos anos como essencial para uma verdadeira e ampla reforma sanitária nacional: estatização do setor, criação de um sistema único de saúde descentralizando a níveis estadual e municipal, e prioridade para a saúde pública. Ou seja: que o Estado assuma na prática a assistência à saúde dos brasileiros, e esta deixe de ser uma fonte de riqueza da iniciativa privada.

Para isso, o Conselho Federal de Saúde já está montando escritório em Brasília, e os sanitaristas atuando firmes junto aos parlamentares no Congresso Nacional, onde contam com pelo menos um grande aliado: o ex-ministro da Saúde, Carlos Sant'anna, candidato a líder do governo no PMDB. Também contam com o apoio dos governadores do PMDB mais à esquerda como o ex-ministro da Previdência Social, Waldir Pires, da Bahia, Miguel Arraes, de Pernambuco, e Mauro, do Espírito Santo, que estariam dispostos a somar forças junto a suas bancadas no Congresso em favor dos sanitaristas.



Deputado prevê mais força para municípios

## Delfim acredita que Carta será muito razoável

A nova Constituição brasileira vai ser muito melhor do que as pessoas estão esperando. Os parlamentares deverão produzir um documento razoável, que represente razoavelmente os desejos da sociedade. Estes prognósticos são do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, deputado Antonio Delfim Netto (PDS-SP).

Para Delfim, a Constituinte deverá ser uma peça enxuta, curta, com balisamento geral. Para ele seria uma tolice incluir nela coisas específicas como reforma agrária, mecanismos de redistribuição de renda e disciplinamento da remessa de lucros. Todas estas questões — afirma — podem e devem ser resolvidas através de leis ordinárias.

Dentro deste raciocínio, ressalta que a remessa de lucros pode ser boa numa determinada circunstância, mas em outras. Ela vai depender ainda das taxas de juros no exterior, de como os nossos concorrentes potenciais estão se comportando e coisas do gênero. «Incluir um assunto destes na Constituinte será um grave erro» — afirma.

Interpelado sobre se o PMDB não irá pressionar para que isto ocorra — para que o tema remessa de lucros conste da nova Constituição do País — diz o ex-ministro não ver nenhuma ligação nisto. E arremata: «não é porque o sujeito é do PMDB que ele tem de ser irracional».

Já a questão do rateio de recursos entre a união, os estados e os municípios, para o deputado, deve constar da nova Carta. E, segundo o seu entendimento, o quadro atual vai sofrer uma grande reversão. Acho que a maioria deseja, de fato, uma ampliação das funções do município. Ele deve estar apto a lidar com os problemas de assistência médica, educação e transportes, por exemplo, a tendência é a de levar para as comunidades o poder de decidir sobre a sua própria vida. E isso, obviamente — ressalta — implicará numa redistribuição de recursos totalmente diferente de que vigora hoje.

Para os estados e municípios devem ser confiadas novas tarefas e recursos necessários à execução dessas tarefas. Entretanto — pondera — é necessário coibir a criação de despesas sem devermos ainda ter muito cuidado com a questão é a vinculação dos recursos. Do contrário, atendendo a todas as propostas, vamos chegar a vincular 110 por cento do orçamento» — afirma irônico.

Segundo Antonio Delfim Netto, a nova Constituição deve ser uma peça liberal e curta, sem se ocupar de detalhes. Não deve cuidar de coisas que dependam da conjuntura. A redistribuição de renda, por exemplo, é coisa que depende da conjuntura e, como tal, não deve constar da nova carta. «mas é claro que nós devemos ter uma lei salarial adequada e justa. E natural que se use o salário mínimo para proteger certos grupos», é natural que se dê proteção aos trabalhadores. Mas tudo isto deve ser coisa prevista em leis ordinárias». E o caso, também — lembra — da reforma agrária.

## Lula defende a pressão popular na Constituinte

São Paulo — «Vou até chorar lágrimas de crocodilo cada vez que discursar no Congresso Constituinte. Mas, sei que nem isso vai sensibilizar Ulysses Guimarães e nem os outros políticos descomprometidos com a luta dos trabalhadores». A declaração é parte do rápido discurso que o deputado federal do PT, Luis Inácio Lula da Silva, fez ontem, encerrando a Assembleia Complementar dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo para aprovação da pauta da campanha salarial da categoria. O deputado petista defendeu a pressão popular nas deliberações do Congresso na tentativa de conseguir aprovação de itens de interesse da classe trabalhadora.

«É preferível a peãozada pegar um ônibus, ir à Brasília e até invadir o Congresso do que ficar depois chorando» — propôs Lula aos metalúrgicos. Segundo ele, «somente a pressão em massa» será capaz de evitar uma Constituição «repleta de mais deveres para o trabalhador».

Lula comparou a participação dos parlamentares que representam os trabalhadores no Congresso a uma minoria de operários em reunião com empresários e perguntou: «numa situação destas, como podem nossas reivindicações serem atendidas?»

O deputado petista destacou ainda a necessidade de os metalúrgicos do ABC «amadurecerem» nesta campanha salarial, ampliando as discussões trabalhistas a todas as categorias. Lula prefere, no entanto não considerar a campanha dos metalúrgicos — com data-base em abril — como o carro-chefe de uma nova greve geral. Segundo ele, a paralisação geral deve surgir da mobilização de todas as categorias profissionais.

E, mais uma vez, Lula defendeu um grande protesto nacional como mais uma forma de pressão na Constituinte. O líder petista considera até que a classe trabalhadora deve se organizar em «algo muito maior do que uma greve para definitivamente ter nas deliberações políticas e econômicas do país».

Para Lula, não basta a troca de ministros. «precisamos é de uma modificação em toda a política econômica» — disse. E conclamou os sindicatos, a CUT e toda a classe trabalhadora a demonstrar que não aceita a atual desordem econômica.



As sugestões para a Constituinte sendo anotadas até o dia 7 de março

## Teleconstituinte é o novo serviço para brasiliense

Carmen Kozak

A instituição da pena de morte, sindicalização dos funcionários públicos, extinção dos decretos-leis e a proibição do aborto, provavelmente, seriam os primeiros artigos da futura Constituição, se fossem aprovadas as propostas dos brasilienses que estão sendo apresentadas no Teleconstituinte — um serviço de utilidade pública da empresa Telerrecados, que pretende encaminhar todas as sugestões colhidas até o dia 7 de março, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Diariamente, o Teleconstituinte recebe mais de 50 sugestões que estão sendo lançadas no computador. Mesmo sem uma listagem final, já se pode perceber que a maior preocupação das pessoas que procuram o serviço é em relação ao índice de violência que a cada dia aumentam no País. Mais de 60 por cento das sugestões abordam o problema e apontam a pena de morte como a única solução para a redução dos atuais índices.

Mas também os descrentes em relação à boa vontade dos eleitos em 15 de novembro querem participar. Um exemplo disso é a mensagem deixada por uma pessoa que preferiu não se identificar: «Gostaria de deixar um quilograma de mentagens, mas deixaria?»

Outros com o mesmo pensamento, preferem manter ainda um pouco de esperança desejando que «Deus ilumine os constituintes».

A questão da reforma agrária é abordada com menos frequência e, em alguns casos, são apresentadas propostas de ampliação do programa, com a instituição de colônias agrícolas nos presídios. Em relação ao sistema penitenciário as pessoas pedem melhor tratamento para os internos e exigem a punição dos criminosos de colarinho branco.

Em uma análise rápida das fichas é possível observar a tendência conservadora dos proponentes. Eles demonstram grande preocupação em relação à preservação da moral e das instituições governamentais. Em contrapartida são poucas as sugestões para o salário mínimo, sendo lembrado às vezes que o brasileiro que encontra, atualmente, «em um processo de empobrecimento crescente».

O Teleconstituinte não fez ainda o perfil das pessoas que utilizam o serviço, mas de acordo com o diretor da empresa, Osmir Laranjeiras, as maiores das sugestões são encaminhadas por mulheres.

Quem quiser fazer uma sugestão é só ligar para 273-1010, que funciona 24 horas por dia.